Edição em língua
portuguesa

Legislação

Índice

I *Actos cuja publicação é uma condição da sua aplicabilidade*

- * Regulamento (CE) n.º 1144/97 da Comissão, de 24 de Junho de 1997, que torna obrigatório o registo das importações de fornos micro-ondas originários da República da Coreia 1
- * Regulamento (CE) n.º 1145/97 da Comissão, de 24 de Junho de 1997, que estabelece um regime específico de emissão de certificados de exportação no sector vitivinícola até 31 de Agosto de 1997 3
- Regulamento (CE) n.º 1146/97 da Comissão, de 24 de Junho de 1997, que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos frutos e produtos hortícolas..... 5

II *Actos cuja publicação não é uma condição da sua aplicabilidade*

Comissão

97/399/CE:

- * Decisão n.º 1/97 do Comité de Cooperação Aduaneira CE-Turquia, de 30 de Maio de 1997, que altera a Decisão n.º 1/96 que introduz normas de execução da Decisão n.º 1/95 do Conselho de Associação CE-Turquia..... 7

97/400/CE:

- * Decisão da Comissão, de 13 de Junho de 1997, que encerra o processo *anti-dumping* relativo às importações de cabos de fibras sintéticas originários da Índia..... 8

97/401/CE:

- * Decisão da Comissão, de 17 de Junho de 1997, que altera a Decisão 94/324/CE que fixa as condições especiais de importação dos produtos da pesca e da aquicultura originários da Indonésia (!)..... 14

(!) Texto relevante para efeitos do EEE

Rectificações

Rectificação ao Regulamento (CE) n.º 754/97 da Comissão, de 25 de Abril de 1997, que determina em que medida podem ser aceites os pedidos de certificados de importação de determinados produtos do sector da carne de suíno apresentados em Abril de 1997 ao abrigo do regime previsto no Regulamento (CE) n.º 774/94 do Conselho relativo à abertura e modo de gestão de determinados contingentes pautais comunitários de carne de suíno e outros produtos agrícolas (JO n.º L 110 de 26. 4. 1997) 18

I

(Actos cuja publicação é uma condição da sua aplicabilidade)

REGULAMENTO (CE) Nº 1144/97 DA COMISSÃO

de 24 de Junho de 1997

que torna obrigatório o registo das importações de fornos micro-ondas originários da República da Coreia

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) nº 384/96 do Conselho, de 22 de Dezembro de 1995, relativo à defesa contra as importações objecto de *dumping* de países não membros da Comunidade Europeia⁽¹⁾, alterado pelo Regulamento (CE) nº 2331/96⁽²⁾ do Conselho e, nomeadamente, os seus artigos 12º e 14º,

Após consulta do Comité Consultivo,

Considerando o seguinte:

A. PROCESSO ANTERIOR

- (1) Em Dezembro de 1996, a Comissão recebeu um pedido em conformidade com o disposto no artigo 12º do Regulamento (CE) nº 384/96 para investigar se os direitos *anti-dumping* instituídos pelo Regulamento (CE) nº 5/96⁽³⁾ do Conselho sobre as importações de fornos micro-ondas originários da República da Coreia tinham tido repercussões nos preços de revenda ou nos preços de venda subsequentes na Comunidade.
- (2) O pedido em questão foi apresentado em nome de produtores comunitários cuja produção conjunta de fornos micro-ondas representa uma parte importante, na acepção do nº 4 do artigo 5º do Regulamento (CE) nº 384/96 (a seguir designado «regulamento de base»), da produção comunitária total desse produto.
- (3) Tendo estabelecido que o pedido foi apresentado em nome da indústria comunitária e que foram fornecidas informações suficientes para justificar o início de um reexame, a Comissão, após consulta do Comité Consultivo, através de um aviso publicado no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*⁽⁴⁾, reabriu o inquérito em conformidade com o disposto no artigo 12º do regulamento de base no que respeita às

importações de fornos micro-ondas, originários da República da Coreia.

B. PRODUTO

- (4) O produto em questão são os fornos micro-ondas para uso doméstico, actualmente classificados no código NC 8516 50 00. Este código é indicado a título meramente informativo, não tendo qualquer efeito vinculativo para a classificação do produto.

C. REGISTO

- (5) A fim de obter as informações que considerava necessárias para o seu inquérito, a Comissão enviou questionários aos exportadores e importadores conhecidos como interessados. Nas suas respostas aos questionários, alguns exportadores facultaram informações sobre os valores normais revistos em conformidade com o disposto no nº 5 do artigo 12º do regulamento de base.
- (6) Após a recepção das respostas aos questionários a Comissão recebeu, em Abril de 1997, um pedido da indústria comunitária nos termos do disposto no nº 5 do artigo 14º do regulamento de base no sentido de tornar obrigatório o registo das importações, na Comunidade, de fornos micro-ondas originários da República da Coreia.
- (7) O pedido baseia-se no facto de que, atendendo a que o inquérito poderá implicar um reexame dos valores normais, é necessário proceder ao registo das importações enquanto se aguardam os resultados do inquérito.
- (8) Por conseguinte, a Comissão considera que existem razões suficientes para tornar obrigatório o registo das importações de fornos micro-ondas originários da República da Coreia, ao abrigo do disposto no nº 5 do artigo 14º do regulamento de base, a fim de assegurar que, caso o novo inquérito revele a existência de uma margem de *dumping* mais elevada, as medidas *anti-dumping* conseqüentemente alteradas possam vir a ser aplicadas a essas importações a partir da data do referido registo. Nesta fase do inquérito, não é possível proceder ao cálculo do montante em causa,

⁽¹⁾ JO nº L 56 de 6. 3. 1996, p. 1.

⁽²⁾ JO nº L 317 de 6. 12. 1996, p. 1.

⁽³⁾ JO nº L 2 de 4. 1. 1996, p. 1.

⁽⁴⁾ JO nº C 19 de 18. 1. 1997, p. 3.

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

Em conformidade com o disposto no nº 5 do artigo 14º do Regulamento (CE) nº 384/96, as autoridades aduaneiras são instruídas para tomarem as medidas necessárias para assegurar o registo das importações na Comunidade de fornos micro-ondas, classificados no código NC 8516 50 00, originários da República da Coreia. As importações ficam sujeitas a registo por um prazo de nove meses a contar da data de entrada em vigor do presente regulamento.

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 24 de Junho de 1997.

Pela Comissão

Leon BRITTAN

Vice-Presidente

REGULAMENTO (CE) Nº 1145/97 DA COMISSÃO

de 24 de Junho de 1997

que estabelece um regime específico de emissão de certificados de exportação no sector vitivinícola até 31 de Agosto de 1997

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 822/87 do Conselho, de 16 de Março de 1987, que estabelece a organização comum do mercado vitivinícola ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 536/97 ⁽²⁾, e, nomeadamente, o nº 3 do seu artigo 52º,

Considerando que, relativamente ao período restante da campanha de 1996/1997, sobra ainda uma determinada quantidade e uma determinada dotação orçamental, na sequência dos compromissos dos Acordos do GATT, para a concessão das restituições à exportação; que é necessário prever disposições específicas respeitantes aos pedidos e à emissão dos certificados de exportação no âmbito dessas disponibilidades para evitar situações que possam provocar distorções na concorrência entre os operadores interessados; que estas disposições podem ser complementares ou derogatórias ao disposto no Regulamento (CE) nº 1685/95 da Comissão, de 11 de Julho de 1995, que instaura um regime de emissão de certificados de exportação no sector vitivinícola e que altera o Regulamento (CEE) nº 3388/81 relativo às regras especiais de aplicação do regime dos certificados de importação e exportação no sector vitivinícola ⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 561/97 ⁽⁴⁾, e ao disposto no Regulamento (CEE) nº 3388/81 da Comissão, de 27 de Novembro de 1981, relativo às regras especiais de aplicação do regime dos certificados de importação e exportação no sector vitivinícola ⁽⁵⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 257/96 ⁽⁶⁾;

Considerando que são necessárias disposições complementares ou derogatórias no que diz respeito à natureza dos operadores que podem apresentar pedidos de certificado de exportação, ao número de pedidos por operador por semana, à quantidade máxima de cada pedido a fim de garantir uma distribuição equitativa do volume disponível pelos operadores interessados que procedem a actividades de exportação; que, além disso, é necessário prever medidas específicas que a Comissão deve aplicar em caso de um eventual esgotamento prematuro da quantidade ou do orçamento disponível; que é igualmente oportuno limitar o período de eficácia destes certificados até ao final da campanha em curso e aumentar o nível da garantia constituída aquando do pedido de certificado, prevista no nº 2 do artigo 4º do Regulamento (CEE) nº 3388/81;

Considerando que as medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de gestão do vinho,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

1. É aplicável o disposto no Regulamento (CE) nº 1685/95 relativamente aos pedidos e à emissão dos certificados de exportação referidos no presente regulamento, com as disposições complementares ou derogatórias previstas no presente artigo.
2. Os pedidos de certificado de exportação no âmbito do presente regulamento ficam reservados para os operadores que forneçam provas em como a sua actividade enquanto empresas do sector vitivinícola, se iniciou, pelo menos, desde o início da campanha vitivinícola de 1996/1997.
3. Os pedidos apresentados por cada operador relativamente a cada período semanal, podem dizer respeito a uma quantidade que não pode exceder 5 000 hl para os vinhos e 500 hl para os mostos de uva.
4. Em caso de esgotamento da quantidade prevista ou do orçamento disponível, a Comissão fixará uma percentagem única de aceitação dos pedidos em curso e/ou suspenderá a apresentação dos pedidos de certificado de exportação até 31 de Agosto de 1997.

Artigo 2º

1. Em derrogação do artigo 3º do Regulamento (CEE) nº 3388/81, o período de eficácia dos certificados de exportação emitidos nos termos do presente regulamento fica limitado a 31 de Agosto de 1997.
2. Em derrogação do nº 2 do artigo 4º do Regulamento (CEE) nº 3388/81, a taxa da garantia relativa aos certificados de exportação solicitados no âmbito do presente regime é de 15 ecus por hectolitro para os produtos dos códigos NC 2009 60 11, 2009 60 19, 2009 60 51, 2009 60 71, 2204 30 92 e 2204 30 96 e de 5 ecus por hectolitro para os outros produtos do sector.

Artigo 3º

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

É aplicável a partir de 2 de Julho de 1997.

⁽¹⁾ JO nº L 84 de 27. 3. 1987, p. 1.

⁽²⁾ JO nº L 83 de 25. 3. 1997, p. 5.

⁽³⁾ JO nº L 161 de 12. 7. 1995, p. 2.

⁽⁴⁾ JO nº L 85 de 27. 3. 1997, p. 34.

⁽⁵⁾ JO nº L 341 de 28. 11. 1981, p. 19.

⁽⁶⁾ JO nº L 34 de 13. 2. 1996, p. 11.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 24 de Junho de 1997.

Pela Comissão
Franz FISCHLER
Membro da Comissão

REGULAMENTO (CE) Nº 1146/97 DA COMISSÃO**de 24 de Junho de 1997****que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos frutos e produtos hortícolas**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) nº 3223/94 da Comissão, de 21 de Dezembro de 1994, que estabelece regras de execução do regime de importação dos frutos e dos produtos hortícolas ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 2375/96 ⁽²⁾, e, nomeadamente, o nº 1 do seu artigo 4º,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 3813/92 do Conselho, de 28 de Dezembro de 1992, relativo à unidade de conta e às taxas de conversão a aplicar no âmbito da política agrícola comum ⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 150/95 ⁽⁴⁾, e, nomeadamente, o nº 3 do seu artigo 3º,

Considerando que o Regulamento (CE) nº 3223/94 prevê, em aplicação dos resultados das negociações comerciais multilaterais do «Uruguay Round», os critérios para a fixa-

ção pela Comissão dos valores forfetários de importação dos países terceiros, relativamente aos produtos e períodos que especifica no seu anexo;

Considerando que, em aplicação dos supracitados critérios, os valores forfetários de importação devem ser fixados nos níveis constantes em anexo,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

Os valores forfetários de importação referidos no artigo 4º do Regulamento (CE) nº 3223/94 são fixados como indicado no quadro constante do anexo.

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor em 25 de Junho de 1997.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 24 de Junho de 1997.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO nº L 337 de 24. 12. 1994, p. 66.

⁽²⁾ JO nº L 325 de 14. 12. 1996, p. 5.

⁽³⁾ JO nº L 387 de 31. 12. 1992, p. 1.

⁽⁴⁾ JO nº L 22 de 31. 1. 1995, p. 1.

ANEXO

do Regulamento da Comissão, de 24 de Junho de 1997, que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos frutos e produtos hortícolas

(ECU/100 kg)

Código NC	Código países terceiros ⁽¹⁾	Valor forfetário de importação
0702 00 35	066	49,3
	999	49,3
0709 90 77	052	77,6
	999	77,6
0805 30 30	388	79,7
	528	58,7
	999	69,2
0808 10 61, 0808 10 63, 0808 10 69	388	89,2
	400	83,3
	404	76,7
	508	78,7
	512	66,0
	524	75,2
	528	58,6
	804	96,0
	999	78,0
	0809 20 49	052
064		144,2
400		230,4
616		93,7
999		172,6

⁽¹⁾ Nomenclatura dos países fixada pelo Regulamento (CE) nº 68/96 da Comissão (JO nº L 14 de 19. 1. 1996, p. 6). O código «999» representa «outras origens».

II

(Actos cuja publicação não é uma condição da sua aplicabilidade)

COMISSÃO

DECISÃO Nº 1/97 DO COMITÉ DE COOPERAÇÃO ADUANEIRA CE-TURQUIA

de 30 de Maio de 1997

que altera a Decisão nº 1/96 que introduz normas de execução da Decisão nº 1/95 do Conselho de Associação CE-Turquia

(97/399/CE)

O COMITÉ DE COOPERAÇÃO ADUANEIRA,

Tendo em conta o Acordo de 12 de Setembro de 1963 que cria uma associação entre a Comunidade Económica Europeia e a Turquia,

Tendo em conta a Decisão nº 1/95 do Conselho de Associação CE-Turquia, de 22 de Dezembro de 1995, relativa à execução da fase final da união aduaneira⁽¹⁾, e, nomeadamente, o nº 6 do seu artigo 3º,

Considerando que é necessário, a fim de que as existências possam ser esgotadas, alargar o prazo durante o qual é autorizado utilizar os formulários referidos na Decisão nº 5/72 do Conselho de Associação CEE-Turquia⁽²⁾, e alterar em conformidade, a Decisão nº 1/96 do Comité de Cooperação Aduaneira CE-Turquia⁽³⁾,

DECIDE:

Artigo 1º

No nº 1 do artigo 7º da Decisão nº 1/96 do Comité de Cooperação Aduaneira CE-Turquia, a data de «30 de Junho de 1997» é substituída pela data de «31 de Dezembro de 1997».

Artigo 2º

A presente decisão entra em vigor em 1 de Julho de 1997.

Feito em Ankara, em 30 de Maio de 1997.

Pelo Comité de Cooperação Aduaneira

O Presidente

A. OYARZABAL

⁽¹⁾ JO nº L 35 de 13. 2. 1996, p. 1.

⁽²⁾ JO L 59 de 5. 3. 1973, p. 74. Decisão revogada pela Decisão nº 1/96 do Conselho de Associação CE-Turquia (JO nº L 231 de 12. 9. 1996, p. 22).

⁽³⁾ JO nº L 200 de 9. 8. 1996, p. 14.

DECISÃO DA COMISSÃO

de 13 de Junho de 1997

que encerra o processo *anti-dumping* relativo às importações de cabos de fibras sintéticas originários da Índia

(97/400/CE)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) nº 384/96 do Conselho, de 22 de Dezembro de 1995, relativo à defesa contra as importações objecto de *dumping* de países não membros da Comunidade Europeia⁽¹⁾, alterado pelo Regulamento (CE) nº 2331/96⁽²⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 9º,

Após consulta do Comité consultivo,

Considerando o seguinte:

A. PROCESSO

(1) Em Abril de 1996, a Comissão comunicou por aviso publicado no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*⁽³⁾, o início de um processo *anti-dumping* relativo às importações na Comunidade de cabos de fibras sintéticas originários da Índia.

(2) O presente processo foi iniciado na sequência de uma denúncia apresentada, em 23 de Fevereiro de 1996, pelo Liaison Committee of European Twine, Cordage and Netting Industries (Eurocord) (a seguir denominado «autor da denúncia») em nome da indústria comunitária. A denúncia foi apoiada por vinte produtores comunitários que representavam aproximadamente 81 % da produção comunitária do produto em causa.

A denúncia continha alegadamente elementos de prova de *dumping* do produto em causa originário da Índia e do prejuízo importante daí resultante que foram considerados suficientes para justificar o início de um processo. Por conseguinte, a Comissão deu início a um inquérito relativo às importações de cabos de fibras sintéticas originários da Índia.

(3) A Comissão avisou oficialmente os produtores, os exportadores e os importadores conhecidos como interessados, os representantes dos países de exportação e os autores da denúncia sobre o início do inquérito, tendo dado às partes interessadas a oportunidade de apresentarem as suas observações por escrito e de solicitarem uma audição.

(4) A Comissão enviou questionários a todos os produtores, exportadores e importadores conhecidos como interessados e recebeu respostas de dois produtores indianos e de um importador na Comunidade. Os produtores indianos solicitaram uma audição que lhes foi concedida.

(5) Tendo em conta o número de produtores comunitários que apoiaram expressamente a denúncia, a Comissão analisou o prejuízo com base numa amostra representativa dos produtores comunitários, aos quais foram enviados questionários e dos quais foram recebidas informações.

(6) A Comissão procurou obter e verificou todas as informações que considerou necessárias para a determinação dos factos, tendo efectuado visitas de inquérito às instalações das seguintes empresas:

a) *Produtores comunitários (amostra):*

- Irish Ropes (Newbridge, Co. Kildare, Irlanda),
- Oliveira SA (Porto, Portugal),
- Oliveira Holland BV (Rotterdam, Países Baixos),
- Exporplas (Porto, Portugal),
- Cotesi (Porto, Portugal),
- Cerfil (Porto, Portugal),
- Lankhorst Touwfabrieken BV (Sneek, Países Baixos);

b) *Produtores/exportadores:*

- Krishna Filament Limited (Mumbai, Índia),
- Garware-Wall Ropes Limited (Poona, Índia).

(7) O período de inquérito relativo às práticas de *dumping* (a seguir designado «período de inquérito») decorreu entre 1 de Abril de 1995 e 31 de Março de 1996.

O exame do prejuízo abrangeu o período compreendido entre 1992 e o fim do período de inquérito.

(1) JO nº L 56 de 6. 3. 1996, p. 1.

(2) JO nº L 317 de 6. 12. 1996, p. 1.

(3) JO nº C 102 de 4. 4. 1996, p. 16.

Divulgação

- (8) As partes foram informadas por escrito dos factos e considerações essenciais com base nos quais a Comissão pretendia recomendar o encerramento do processo. As partes beneficiaram também de um período razoável para poderem apresentar as suas observações sobre as conclusões divulgadas.

As observações apresentadas por escrito pelas partes foram examinadas e, sempre que adequado, foram tidas em conta pela Comissão.

B. PRODUTO EM CAUSA E PRODUTO SIMILAR

- (9) O produto em causa são os cordéis, cordas e cabos, entaçados ou não, mesmo impregnados, revestidos, recobertos ou embainhados de borracha ou de plásticos de polietileno ou de polipropileno (excluindo os cordéis para atadeiras ou enfardadeiras) com mais de 50 000 decitex (5 g/m), entaçados e outros, e de outras fibras sintéticas de *nylon* ou outros poliamidas ou de poliésteres com mais de 50 000 decitex (5 g/m) entaçados e outros. Os produtores descritos estão actualmente classificados nos códigos NC 5607 49 11, 5607 49 19, 5607 50 11 e 5607 50 19.

O produto em causa é utilizado numa grande variedade de aplicações navais e industriais, em especial no sector marítimo (onde é utilizado essencialmente para a amarração) e na indústria da pesca. São produzidos tipos muito variados, dependendo da composição da matéria-prima e do número de toros que constituem os cabos.

- (10) O inquérito revelou que, no que respeita às suas características físicas, aplicações e utilizações, os diferentes tipos de cabos de fibras sintéticas vendidos na Índia eram idênticos aos exportados para a Comunidade. De igual modo, os cabos produzidos na Comunidade e os exportados da Índia para a Comunidade possuem características idênticas e concorrem entre si. Conclui-se, por conseguinte, que devem ser considerados produtos similares na acepção do disposto no n.º 4 do artigo 1.º do Regulamento (CE) n.º 384/96 (a seguir denominado «regulamento de base»).

C. DUMPING

1. Valor normal

- (11) Em primeiro lugar, a Comissão examinou se os volumes de vendas no mercado interno dos dois produtores/exportadores que colaboraram poderiam ser considerados representativos em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 2.º do regula-

mento de base. Para o efeito, verificou-se se o volume total de vendas no mercado interno do produto em causa atingia 5 % ou mais do volume total das vendas para exportação do produto similar para a Comunidade, ou seja, se as vendas internas eram representativas. Esta avaliação revelou que, durante o período de inquérito, os produtores/exportadores venderam cabos de fibras sintéticas no mercado interno em volumes considerados representativos.

- (12) Relativamente a cada tipo do produto vendido pelos produtores/exportadores nos respectivos mercados internos e considerados directamente comparáveis com os tipos vendidos para exportação para a Comunidade, a Comissão determinou se as vendas internas totais por tipo de produto eram efectuadas em quantidades suficientes. As vendas internas por tipo de produto foram consideradas suficientes, na acepção do n.º 2 do artigo 2.º do regulamento de base, sempre que o volume para cada tipo de produto vendido na Índia durante o período de inquérito representava 5 % ou mais do volume dos tipos correspondentes vendidos para exportação para a Comunidade.
- (13) Dado que um produtor/exportador que colaborou não pôde fornecer à Comissão informações suficientes sobre a repartição das suas vendas internas por tipos de cabos, a Comissão não pôde verificar a representatividade, por tipo de produto, das vendas desta empresa no mercado interno. Por conseguinte, a Comissão estabeleceu o valor normal para esta empresa com base nos dados disponíveis, em conformidade com o n.º 1 do artigo 18.º do regulamento de base. Tendo em conta as semelhanças existentes entre os produtos fabricados pelos dois produtores/exportadores que colaboraram, considerou-se que o valor normal para esta empresa era igual ao valor normal determinado para o outro produtor.
- (14) No que respeita ao produtor/exportador que colaborou, verificou-se que as suas vendas por tipo de produto no mercado interno durante o período de inquérito eram representativas.
- (15) No que respeita ao último produtor/exportador mencionado, a Comissão examinou posteriormente se as vendas internas por tipo de cabo de fibras sintéticas poderiam ser consideradas como tendo sido efectuadas no decurso de operações comerciais normais, analisando a proporção de vendas rentáveis de cada tipo do produto em causa, em conformidade com o n.º 4 do artigo 2.º do regulamento de base.

Sempre que, por tipo de produto, a média ponderada do preço de venda de 20 % ou mais do volume de vendas era inferior à média ponderada do preço unitário, o valor normal foi estabelecido

com base na média ponderada dos preços efectivamente pagos ou a pagar no que respeita exclusivamente às vendas rentáveis restantes, desde que o volume destas últimas fosse superior a 10 % das vendas consideradas para determinar o valor normal.

Sempre que não se registaram vendas do produto similar ou que as vendas rentáveis correspondiam a 10 % ou menos do total das vendas internas para o tipo de produto em causa, o valor normal foi calculado em conformidade com o n.º 3 do artigo 2.º do regulamento de base.

O valor normal foi calculado adicionando aos custos de produção dos tipos de produto exportados um montante razoável para encargos de vendas, despesas administrativas e encargos gerais e uma margem de lucro razoável, em conformidade com o n.º 6 do artigo 2.º do regulamento de base. O montante para encargos de vendas, despesas administrativas e encargos gerais e lucros foi determinado com base nas vendas internas do produto em causa no decurso de operações comerciais normais efectuadas pelo referido produtor/exportador.

2. Preço de exportação

- (16) Dado que os dois produtores/exportadores que colaboraram exportaram para a Comunidade directamente para importadores independentes, os preços de exportação foram estabelecidos com base nos preços efectivamente pagos ou a pagar pelos referidos importadores independentes, em conformidade com o n.º 8 do artigo 2.º do regulamento de base.

3. Comparação

- (17) Em conformidade com os n.ºs 10 e 11 do artigo 2.º do regulamento de base, relativamente a cada produtor/exportador que colaborou, o valor normal médio ponderado por tipo de produto foi comparado com os preços de exportação médios ponderados à saída da fábrica e no mesmo estádio comercial.
- (18) Tendo em vista uma comparação equitativa, em conformidade com o disposto no n.º 10 do artigo 2.º do regulamento de base, foram devidamente tidas em conta, sob a forma de ajustamentos, as diferenças verificadas entre os factores em questão nos casos em que se alegou e demonstrou que tais diferenças afectavam a comparabilidade dos preços. Tais ajustamentos foram efectuados no que respeita aos impostos indirectos, transportes, seguros e embalagem.
- (19) No que respeita aos ajustamentos solicitados para ter em conta os encargos de importação, é de referir que não puderam ser concedidos, dado que o

produtor/exportador não pôde demonstrar que as matérias-primas importadas, relativamente às quais eram aplicados os referidos direitos, eram utilizadas para o fabrico do produto em causa destinado ao mercado interno.

- (20) No que respeita aos ajustamentos para ter em conta o estádio comercial das vendas internas aos utilizadores finais, solicitados com base no facto de as vendas de exportação para a Comunidade serem efectuadas principalmente a distribuidores, enquanto as vendas internas eram efectuadas a diferentes categorias de clientes, ou seja, distribuidores, retalhistas e utilizadores finais, o exame dos preços praticados para as diferentes categorias de clientes no mercado interno não revelou diferenças significativas ou constantes. Por conseguinte, o pedido foi rejeitado, dado que não existiam elementos de prova suficientes de que as diferenças alegadas de estádio comercial afectavam a comparabilidade dos preços.

4. Margem de dumping

- (21) A comparação entre o valor normal e o preço de exportação revelou a existência de *dumping*, sendo a margem de *dumping* igual à diferença entre o valor normal e o preço de exportação para a Comunidade.
- (22) As margens de *dumping* médias ponderadas estabelecidas para os dois produtores/exportadores que colaboraram, expressas em percentagem do preço franco-fronteira comunitária do produto não desalfandegado, são as seguintes:
— Krishna Filaments Limited:	77,8 %,
— Garware-Wall Ropes Limited:	68,3 %.
- (23) Relativamente aos produtores/exportadores indianos que não responderam ao questionário da Comissão nem se deram a conhecer de outro modo, a margem de *dumping* foi determinada com base nos dados disponíveis em conformidade com o n.º 1 do artigo 18.º do regulamento de base.
- (24) Dado que a comparação entre os dados relativos às exportações para a Comunidade fornecidos pelos produtores/exportadores indianos que colaboraram e as estatísticas do Eurostat revelaram um nível de colaboração elevado, ou seja, a quase totalidade das exportações, a Comissão considerou que os dados disponíveis mais razoáveis correspondiam aos determinados no decurso do inquérito e que, visto que não existiam razões para crer que um produtor/exportador que não colaborou tivesse praticado um nível de *dumping* inferior à margem mais elevada estabelecida, esta última foi considerada a margem de *dumping* mais adequada.

Por conseguinte, relativamente aos produtores/exportadores que não colaboraram, a margem de *dumping*, expressa em percentagem do preço franco-fronteira comunitário, foi fixada em 77,8 %.

D. INDÚSTRIA COMUNITÁRIA

- (25) Os produtores autores da denúncia que colaboraram com a Comissão no presente inquérito representavam 81 % da produção comunitária do produto em causa, sendo, por conseguinte, considerados representativos da indústria comunitária em conformidade com o n.º 1 do artigo 4.º e o n.º 4 do artigo 5.º do regulamento de base.

E. PREJUÍZO

1. Observações prévias

- (26) Tal como mencionado no considerando 7, para determinar o prejuízo no presente inquérito, a Comissão analisou os dados relativos ao período compreendido entre 1992 e Março de 1996. Em termos geográficos, o inquérito abrangeu a Comunidade tal como composta na data do início do processo, ou seja, a Comunidade dos Quinze. A avaliação do prejuízo efectuada pela Comissão baseou-se em factores económicos pertinentes tal como previsto no artigo 3.º do regulamento de base.

Convém, todavia, salientar que, até 1995, as informações fiáveis relativas a determinados factores de prejuízo (por exemplo, o consumo, a parte de mercado, a produção e as vendas) só existiam para a Comunidade dos Doze. Dado que a dimensão deste mercado é representativa da Comunidade dos Quinze, a análise do prejuízo no que respeita a estes factores foi efectuada relativamente à Comunidade dos Doze.

2. Recolha de dados relativos ao prejuízo

- (27) A Comissão solicitou informações relativas à produção, vendas e parte de mercado («informações globais») a toda a indústria autora da denúncia. Todavia, tendo em conta o elevado número de produtores que apoiaram a denúncia e os prazos previstos no n.º 9 do artigo 6.º do regulamento de base, a Comissão determinou os outros indicadores de prejuízo em função de uma amostra representativa dos produtores comunitários («informações limitadas à amostra»).

A selecção da amostra foi efectuada segundo a localização geográfica e a dimensão das empresas em termos de produção e vendas. Além disso, a Comissão tomou em consideração o nível de colaboração das empresas. É de salientar que uma das empresas seleccionadas cessou a sua colaboração numa fase adiantada do processo, reduzindo deste modo as

informações pertinentes de que dispunha a Comissão e afectando o curso normal do inquérito.

As empresas seleccionadas representavam 37 % da produção e vendas do produto em questão da indústria autora da denúncia durante o período de inquérito e 30 % do volume total de produção comunitária.

Neste contexto, é de salientar que mais de metade da produção comunitária se concentra num Estado-membro. Não obstante este facto, a Comissão incluiu na sua amostra produtores de outros Estados-membros.

3. Consumo comunitário

- (28) O consumo comunitário diminuiu de 21 709 toneladas em 1992 para 20 697 toneladas em 1993 e aumentou para 23 097 toneladas em 1994, para 24 046 toneladas em 1995 e para 24 253 toneladas no período de inquérito. Os dados apresentados representam um aumento geral do consumo de 11,7 % durante o período considerado.

4. Volume e parte de mercado das importações objecto de *dumping*

- (29) O volume total das importações objecto de *dumping* de cabos de fibras sintéticas originários da Índia aumentou de 129 toneladas em 1992 para 440 toneladas em 1993, para 342 toneladas em 1994 e para 1 180 toneladas em 1995 e no período de inquérito. A parte de mercado dos cabos de fibra sintéticas importados da Índia aumentou de 0,6 % em 1992 para 2,1 % em 1993, para 1,5 % em 1994 e para 4,9 % em 1995 e durante o período de inquérito.

5. Preços das importações objecto de *dumping*

- (30) Tendo em vista determinar se os produtores/exportadores praticavam preços inferiores aos preços praticados pelos produtores comunitários durante o período de inquérito, a Comissão comparou os preços dos produtores comunitários seleccionados com preços comparáveis dos exportadores em causa na Comunidade, por Estado-membro. Tendo em conta o grande número de diferentes tipos de cabos de fibras sintéticas, a comparação dos preços foi efectuada com base numa selecção das transacções que representavam mais de 70 % do volume de vendas de todos os tipos de cabos de fibras sintéticas fabricados pelos produtores comunitários. Para efeitos da comparação, os cabos de fibras sintéticas produzidos e vendidos pelos produtores comunitários e os exportados da Índia para a Comunidade foram repartidos em grupos de produtos comparáveis com base na composição da matéria-prima e no número de fios que constituem o cabo (ou seja, três e quatro fios e oito fios).

Os preços de venda da indústria comunitária considerados foram os praticados por clientes independentes, ajustados, quando necessário, para o estádio à saída da fábrica. Os preços de venda dos exportadores (CIF fronteira comunitária) foram majorados para ter em conta o direito aduaneiro, os custos incorridos após a importação e o lucro (com base nas informações recolhidas durante o inquérito). Foram tidas em consideração as transações dos exportadores que representavam 51 % do volume total das importações indianas na Comunidade durante o período de inquérito. Foram comparados todos os preços líquidos, — ou seja, depois de deduzidos todos os descontos e abatimentos, — e em estádios comerciais comparáveis.

- (31) Os autores da denúncia alegaram que as importações do produto em causa para um Estado-membro beneficiaram de isenção dos direitos de importação uma vez que se destinavam a ser utilizados para fins específicos no domínio da navegação, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 3009/95 da Comissão, de 22 de Dezembro de 1995, que altera o anexo I do Regulamento (CEE) n.º 2658/87 do Conselho, relativo à Nomenclatura Pautal e Estatística e à Pauta Aduaneira Comum⁽¹⁾. É de salientar que nenhum importador colaborou no presente processo. Todavia, as investigações efectuadas pela Comissão junto das autoridades aduaneiras do Estado-membro em questão revelaram que apenas um volume muito reduzido (6 toneladas) das importações originárias da Índia beneficiou das disposições acima mencionadas. Por conseguinte, a Comissão não tomou em consideração, na análise dos preços, a isenção de direitos resultantes de tais disposições.
- (32) A comparação entre as médias revelou que, durante o período de inquérito, as margens de subcotação dos preços expressas em percentagem do preço de venda médio da indústria comunitária variavam entre 0 % e 53,57 % com uma média ponderada global de 16,47 %. Deve referir-se que as diferenças entre as margens reflectem a grande variedade de cabos que correspondem à definição do produto em causa, alguns dos quais não são objecto de subcotação por parte das importações indianas. Além disso, não se constatou nenhuma tendência nítida no que se refere às estratégias de preços dos exportadores indianos em relação a tipos de produto específicos ou às vendas nos diversos Estados-membros.

6. Situação da indústria comunitária

a) *Produção (informações globais)*

- (33) A produção total do produto em causa na Comunidade manteve-se relativamente estável durante o período em questão, representando 18 505 tone-

ladas em 1992 e 18 598 durante o período de inquérito.

b) *Volume de vendas (informações globais)*

- (34) O volume de vendas da indústria comunitária durante o período considerado manteve-se também relativamente constante, sendo os níveis de vendas registados no início de 1992 (14 971 toneladas) iguais aos atingidos durante o período de inquérito, ou seja, 14 829 toneladas.

c) *Parte de mercado (informações globais)*

- (35) A evolução do volume de vendas comparada com a do consumo aparente na Comunidade revela que a parte de mercado detida pela indústria comunitária diminuiu durante o período de inquérito. A parte de mercado dos autores da denúncia diminuiu, passando de 68,9 % em 1992 para 61,1 % no período de inquérito. Todavia, verificou-se uma ligeira melhoria entre 1995 e o período de inquérito.

d) *Capacidade instalada e utilização das capacidades (informações limitadas à amostra)*

- (36) No que respeita à capacidade instalada, é de salientar que as instalações de produção de cabos de fibras sintéticas são também utilizadas na produção de outros produtos não abrangidos pelo presente processo que estão sujeitos a flutuações sazonais da procura no mercado como, por exemplo, as cordas para a agricultura. Por conseguinte, foi difícil determinar com exactidão as capacidades instaladas e o seu nível de utilização para o produto em causa.

Com base numa estimativa das capacidades normalmente atribuídas à produção do produto em causa pela indústria comunitária, a capacidade aumentou de 10 330 toneladas em 1992 para 10 220 toneladas em 1993, para 10 650 toneladas em 1994, para 10 940 em 1995 e para 10 940 toneladas durante o período de inquérito, o que corresponde a um aumento médio de 6 % entre 1992 e o período de inquérito.

A taxa de utilização da capacidade instalada durante o período em questão é, em média, de 69 %. Em 1992, a utilização da capacidade foi de 72 %, em 1993 de 63 %, em 1994 de 74 % e, em 1995 e no período de inquérito, de 68 %.

Além disso, convém notar que este nível de utilização da capacidade instalada deveria ser considerado à luz da possibilidade de utilização da mesma maquinaria para produzir outros produtos que não estão abrangidos pelo presente processo.

e) *Existências (informações limitadas à amostra)*

- (37) O inquérito revelou que o produto em causa é habitualmente produzido por encomenda na Comunidade. Em geral, os produtores comunitários não mantêm níveis de existências significativos.

⁽¹⁾ JO n.º L 319 de 30. 12. 1995, p. 1.

f) *Evolução dos preços (informações limitadas à amostra)*

- (38) A média ponderada dos preços do produto em causa vendido pelas empresas seleccionadas no mercado comunitário diminuiu 10 % entre 1992 e 1994, mas aumentou 19 % em 1995.

g) *Rendibilidade (informações limitadas à amostra)*

- (39) Convém referir que as empresas seleccionadas não puderam fornecer à Comissão informações suficientes sobre a rendibilidade durante o período considerado. No que respeita ao período de inquérito, foi determinada uma perda média ponderada de 1,6 %.

h) *Emprego (informações limitadas à amostra)*

- (40) Os produtores comunitários seleccionados registaram uma diminuição da taxa de emprego de 29 % durante o período considerado. É, todavia, de salientar que a principal diminuição do emprego na indústria (27 %) ocorreu entre 1992 e 1994. Esta diminuição deveria ser analisada no contexto das dificuldades que a indústria comunitária enfrentava nessa época. Durante o período de inquérito verificou-se um pequeno aumento.

7. Conclusões relativas ao prejuízo

- (41) Embora a indústria comunitária tenha perdido uma parte do mercado durante o período de inquérito, as vendas e a produção mantiveram-se estáveis e os preços aumentaram significativamente. No que respeita à rendibilidade, não foi possível chegar a qualquer conclusão devido à insuficiência das informações disponíveis. O emprego diminuiu em geral mas parece revelar uma ligeira melhoria no período de inquérito.

À luz do que precede, certos factores parecem revelar a existência de prejuízo.

F. NEXO DE CAUSALIDADE

- (42) Embora o importante aumento das importações indianas entre 1994 e o período de inquérito tenha coincidido com a perda da parte de mercado da indústria comunitária, convém salientar que a produção e o volume de vendas desta indústria se mantiveram constantes no período considerado.

A indústria comunitária enfrentou dificuldades no início da década de 90, o que implicou a perda de um certo número de postos de trabalho, principal-

mente entre 1992 e 1994, ou seja, antes da entrada de quantidades significativas de importações indianas no mercado comunitário. Por conseguinte, a diminuição da taxa de emprego não pode ser atribuída às importações indianas.

No que respeita à rendibilidade, é de salientar que as informações disponíveis eram insuficientes e não permitiram à Comissão estabelecer um nexo de causalidade entre a evolução da situação financeira da indústria comunitária e as importações indianas.

G. CONCLUSÃO

- (43) Os problemas enfrentados pela indústria comunitária existiam já antes das importações indianas terem aumentado e a situação foi influenciada por outros factores, nomeadamente o aumento do custo das matérias-primas. Embora as importações objecto de *dumping* possam ter agravado as dificuldades da indústria comunitária no que respeita ao produto em causa, o nível global do efeito prejudicial das importações objecto de *dumping* não foi suficientemente estabelecido para justificar a adopção de medidas no caso em apreço.

H. ENCERRAMENTO DO PROCESSO

- (44) O autor da denúncia e as outras partes interessadas foram informados dos factos essenciais e considerações com base nos quais a Comissão pretendia encerrar o presente processo. Posteriormente, os autores da denúncia apresentaram as suas observações, que foram analisadas pormenorizadamente pela Comissão.
- (45) O Comité consultivo foi consultado e a maioria pronunciou-se a favor da proposta apresentada pela Comissão,

DECIDE:

Artigo único

É encerrado o processo *anti-dumping* respeitante às importações de cabos de fibras sintéticas dos códigos NC 5607 49 11, 5607 49 19, 5607 50 11 e 5607 50 19 originários da Índia.

Feito em Bruxelas, em 13 de Junho de 1997.

Pela Comissão

Leon BRITTAN

Vice-Presidente

DECISÃO DA COMISSÃO

de 17 de Junho de 1997

que altera a Decisão 94/324/CE que fixa as condições especiais de importação dos produtos da pesca e da aquicultura originários da Indonésia

(Texto relevante para efeitos do EEE)

(97/401/CE)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta a Directiva 91/493/CEE do Conselho, de 22 de Julho de 1991, que adopta as normas sanitárias relativas à produção e à colocação no mercado de moluscos bivalves vivos ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pela Directiva 95/71/CE ⁽²⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 11º quinto parágrafo,Considerando que a lista dos estabelecimentos aprovados pela Indonésia para a importação de produtos de pesca e da aquicultura na Comunidade foi estabelecida pela Decisão 94/324/CE da Comissão ⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pela Decisão 96/31/CE ⁽⁴⁾; que essa lista pode ser alterada após comunicação de uma lista pela autoridade competente da Indonésia;

Considerando que a autoridade competente da Indonésia comunicou uma nova lista a que foram aditados 35 estabelecimentos, retirados 119 estabelecimentos e alteradas as informações acerca de 11 estabelecimentos;

Considerando que é, pois, necessário alterar em conformidade a lista dos estabelecimentos aprovados;

Considerando que as medidas previstas na presente decisão foram estabelecidas em conformidade com o processo instituído pela Decisão 90/13/CEE da Comissão ⁽⁵⁾,

ADOPTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1º

O anexo B da Decisão 94/324/CE é substituído pelo anexo da presente decisão.

Artigo 2º

Os Estados-membros são os destinatários da presente decisão.

Feito em Bruxelas, em 17 de Junho de 1997.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão⁽¹⁾ JO nº L 268 de 24. 9. 1991, p. 15.⁽²⁾ JO nº L 332 de 30. 12. 1995, p. 40.⁽³⁾ JO nº L 145 de 10. 6. 1994, p. 23.⁽⁴⁾ JO nº L 9 de 12. 1. 1996, p. 6.⁽⁵⁾ JO nº L 8 de 11. 1. 1990, p. 70.

ANEXO

«ANEXO B

LISTA DOS ESTABELECIMENTOS APROVADOS

Número de aprovação	Estabelecimento	Endereço
003.07.B	PT. AGUNG JAYASARI SAKTI	Palembang, South Sumatra
008.11.B	PT. AORTA	Semarang, Central Java
011.24.B	PT. BANGGAI SENTRAL SHRIMP	Batui-Luwuk, Central Sulawesi
013.10 B	PT. BONECOM	Jakarta
015.13.B	PT. BUMI MENARA INTERNUSA	Surabaya, East Java
017.13.D	PT. CANDI JAYA AMERTA	Sidoarjo, East Java
019.21.D	PD. ANUGRAH FOOD INDUSTRY	Tanjung Pinang, Riau
020.13.B	PT. CENTRAL WINDU SEJATI	Sidoarjo, East Java
024.10.B	PT. DHARMA SAMUDRA FISHING INDUSTRIES	Jakarta
025.07.B	PT. DHARMA NIAGA	Palembang, South Sumatra
026.08.B	PT. DIPASENA CITRA DARMAJA PLANT I	Lampung
027.13.B	PT. DUA MUTIARA	Sidoarjo, East Java
032.11.B	PT. FISHINDOMAKMUR SANTOSO	Semarang, Central Java
035.02.B	PT. GROWTH PACIFIC	Medan, North Sumatra
036.10.B	PT. HALIMAS SAKTI SEJATI	Jakarta
041.13.B	PT. INDONUSA ROYAL SEAFOOD CORP.	Pasuruan, East Java
042.09.B	PT. INTIMINA SETIATAMA	Cirebon, West Java
044.13.B	PT. ISTANA CIPTA SEJAHTERA	Banyuwangi, East Java
046.02.A	PT. JUTA JELITA	Medan, North Sumatra
046.02.B	PT. JUTA JELITA	Medan, North Sumatra
053.07.B	PT. LAURA INDO	Palembang, South Sumatra
054.07.B	PT. LESTARI MAGRIS PLANT I	Palembang, South Sumatra
055.10.B	PT. LOLA MINA	Jakarta
060.13.B	PT. MEGA MARINE PRIDE	Pasuruan, East Java
063.13.B	PT. MINA KENCANA SEJAHTERA	Sidoarjo, East Java
065.19.B	PT. MISAJA MITRA	Kota Baru, South Kalimantan
066.21.B	PT. MISAJA MITRA	Samarinda, East Kalimantan
069.13.B	PT. MODERN SINAR JAYANTARA	Surabaya, East Java
070.13.B	PT. MULTI PRAWN	Sidoarjo, East Java
077.10.B	PT. PANGGUNG ENTERPRISE Ltd	Jakarta
087.02.B	PT. RED RIBBON INDONESIA CORP.	Medan, North Sumatra
089.21.B	PT. SAMARINDA CENDANA COLD STORAGE & INDUSTRIES	Samarinda, East Kalimantan
093.13.B	PT. SARI TIRTA JAYA	Banyuwangi, East Java
095.13.B	PT. SEKAR BUMI I	Waru, East Java
096.13.B	PT. SEKAR BUMI II	Sidoarjo, East Java
097.13.D	PT. SEKAR LAUT	Sidoarjo, East Java
099.13.B	PT. SEKAR MULYA	Sidoarjo, East Java
102.21.B	PT. SUMBER KALIMANTN ABADI	Tarakan, East Kalimantan
108.13.B	PT. SURI TANI PEMUKA	Banyuwangi, East Java
110.13.B	PT. SURYA ALAM TUNGGAL	Sidoarjo, East Java
118.02.B	PT. TIMUR JAYA I	Tj. Balai Asahan, North Sumatra
118.02.C	PT. TIMUR JAYA I	Tj. Balai Asahan, North Sumatra
119.11.B	PT. TIRTA RAYA MINA (PERSERO)	Pekalongan, Central Java

Número de aprovação	Estabelecimento	Endereço
120.13.B	PT. TITANI ALAM SEMESTA	Gresik, East Java
126.13.B	PT. UJUNG TIMUR	Sidoarjo, East Java
134.13.B	PT. WINDU BLAMBANGAN SEJATI	Banyuwangi, East Java
135.13.B	PT. WINDU MUTIARA	Banyuwangi, East Java
137.19.B	PT. WIRONTONO	Banjarmasin, South Kalimantan
138.13 B	PT. ANEKA TUNA INDONESIA	Malang, East Java
138.13.C	PT. ANEKA TUNA INDONESIA	Malang, East Java
139.13.C	PT. AVILA PRIMA	Banyuwangi, East Java
140.11.C	PT. BALI MAYA PERMAI	Pekalongan, Central Java
144.02.B	PT. MEDAN TROPICAL CANNING & FROZEN INDUSTRIES	Medan, North Sumatra
144.02.C	PT. MEDAN TROPICAL CANNING & FROZEN INDUSTRIES	Medan, North Sumatra
144.13.C	PT. BLAMBANGAN RAYA	Banyuwangi, East Java
145.25.C	PT. DEHO CANNING	Bitung, North Sulawesi
148.13.C	PT. MAYA MUNCAR	Banyuwangi, East Java
149.18.B	PT. UJUNG TIMUR	Pontianak, West Kalimantan
150.18.B	PT. WINDU ALAM	Pontianak, West Kalimantan
151.10.B	PT. OCEAN MITRAMAS	Jakarta (KM Mitramas 3)
151.13.C	PT. REX CANNING AND FROZEN INDUSTRY	Pasuruan, East Java
152.10.B	PT. OCEAN MITRAMAS	Jakarta (KM Mitramas 5)
153.27.C	PT. CITRARAJA AMPAT CANNING	Sorong, Irian Jaya
154.13.B	PT. KARYA KENCANA SUMBERSARI	Sidoarjo, East Java
156.11.B	PT. NAGAMAS SAKTI PERKASA	Semarang, Central Java
161.13.B	PT. BUMIMAS INDAH	Pasuruan, East Java
163.02.A	PT. CENTRAL WINDU SEJATI	Medan, North Sumatra
163.02.B	PT. CENTRAL WINDU SEJATI	Medan, North Sumatra
172.19.B	PT. KALIMANTAN FISHERY	Banjarmasin, South Kalimantan
174.21.B	PT. MALINDO KENCANA UTAMA	Tarakan, East Kalimantan
175.13.B	PT. MARINE CIPTA AGUNG	Pasuruan, East Java
178.11.B	PT. MISAJA MITRA	Pati, Central Java
179.27.C	PT. MULTI TRANSPECHE INDONESIA	Biak, Irian Jaya
183.10.B	PT. RED RIBBON INDONESIA CORPORATION	Jakarta
186.13.B	PT. SEKAR KATOKICHI	Sidoarjo, East Java
197.18.B	PT. CENTRAL COLD STORAGE PRATAMA SAKTI	Pontianak, West Kalimantan
198.08.B	PT. DIPASENA CITRA DARMAJA PLANT II	Lampung
199.11.D	PT. INDOSIGMA SURYA CORPORATION	Semarang, Central Java
201.02.B	PT. INTIMAS SURYA	Jakarta
204.13.D	PT. MIWON MINA SAMUDRA	Sumenep, Madura
205.13.B	PT. MUSTIKA BAGUS	Surabaya, East Java
207.13.B	PT. SK. FOODS INDONESIA	Sidoarjo, East Java
209.09.B	PT. FEGA AQUAFARMINDO	Tangerang, West Java
210.13.D	PERUSAHAAN KERUPUK "SURYA JAYA"	Sidoarjo, East Java
211.13.B	PT. ARGANAN NUSA	Pasuruan, East Java
212.13.B	PT. ERATAMA PUTRA MANDIRI	Surabaya, East Java
213.01.B	PT. UJUNG TIMUR LANGSA	Langsa, Aceh
214.10.B	PT. MOONSTAR TUNAINDO	Jakarta
215.14.B	PT. SARI SEGAR LAUT	Denpasar, Bali
216.15.B	CV. SARI ALAM	Mataram, Nusa Tenggara Barat
217.11.B	PT. AQUAFARM NUSANTARA	Semarang, Central Java
218.10.B	PT. NAGAMAS SAKTI PERKASA	Jakarta

Número de aprovação	Estabelecimento	Endereço
220.07.B	PT. CAHAYA BINTANG LAUT ABADI	Bangka, Palembang
221.21.B	PT. NELAYAN ABADI KALIMANTAN	Tarakan, East Kalimantan
222.21.B	PT. TUNAS NELAYAN MANDIRI	Tarakan, East Kalimantan
223.02.B	PT. PULAU SALJU INDAH LESTARITj.	Balai Asahan, North Sumatra
224.02.B	PT. PUTRA ALI SENTOSA	Sibolga, North Sumatra
225.10.B	PT. FISHINDOMAKMUR SANTOSO	Jakarta
226.10.B	PT. CITRA DIMENSI ARTHALI	Jakarta
227.13.B	PT. SCRUM INDONESIA	Probolinggo, East Java
228.13.B	PT. MEGAH SETYA NUGRAHA	Surabaya, East Java
229.08.B	PT. CENTRAL PERTIWI BRATASENA	Lampung
230.13.B	PT. HARAPAN BENDERANG	Banyuwangi, East Java
231.13.B	PT. UJUNG TIMUR	Banyuwangi, East Java
232.13.B	PT. MIWON MINA SAMUDRA	Sumenep, East Java

A = Produtos da pesca frescos.

B = Produtos da pesca congelados.

C = Produtos da pesca em conserva.

D = Produtos da pesca defumados, salgados, secados ou marinados.*

RECTIFICAÇÕES

Rectificação ao Regulamento (CE) nº 754/97 da Comissão, de 25 de Abril de 1997, que determina em que medida podem ser aceites os pedidos de certificados de importação de determinados produtos do sector da carne de suíno apresentados em Abril de 1997 ao abrigo do regime previsto no Regulamento (CE) nº 774/94 do Conselho relativo à abertura e modo de gestão de determinados contingentes pautais comunitários de carne de suíno e outros produtos agrícolas

(«Jornal Oficial das Comunidades Europeias» nº L 110 de 26 de Abril de 1997)

Na página 36, no anexo II, na coluna «Quantidade total disponível para o período de 1 de Julho a 30 de Setembro de 1997»:

em vez de: «1 959»,

deve ler-se: «1 915».